

Leituras & Leitura de Poesia – ou o (re)nascimento do leitor

Maria Cristina Ribas (UERJ)

A ilegibilidade é uma espécie de cavalo de Tróia na fortaleza das ciências humanas. (ROLAND BARTHES)

Procurei, nesta exposição, partir de experiências e práticas de leitura para desenvolver uma reflexão que seja útil para a área de Literatura e Ensino. Considero fundamental que façamos uma mudança de foco: proponho que todos os nossos habituais questionamentos sobre o ato de ler - do ponto de vista dos alunos em sala de aula – sejam refocalizados em nossa própria direção para, juntos, compreendermos o que está envolvido no pacto de leitura.

Não há como pensarmos no tema, sobretudo em se tratando do texto poético, sem nos perguntarmos sobre o nosso próprio conceito de leitura. Embora já tenhamos ultrapassado a concepção de leitura como a mera decodificação de sinaizinhos gráficos, ainda não nos demos conta da amplitude que o conceito vem ganhando, à medida que dialogamos com a noção de interação da Análise do Discurso e com a percepção de que ler é desconfiar que o sentido pode ser sempre outro (Orlandi, 2000). Ler, então, é interpretar (-se) – no texto, a si e ao entorno, processo dinâmico em que o envolvimento conta mais que o suposto sentido, mesmo porque é da interação que o(s) sentido(s) são produzidos.

Neste exato momento, por exemplo, estamos nos olhando mutuamente e sobre este jogo de olhares que se cruzam e refazem já há experiências múltiplas de leituras, que levam em conta as expectati-

vas de parte a parte, as projeções, os preconceitos, os acervos pessoais...e os sinais obtidos na observação imediata do contexto (no caso, situação de comunicação: Mesa Redonda no Congresso de Letras da FFP/UERJ), à medida que ela vai transcorrendo. Inclusive estes sinais observados podem confirmar ou desfazer o pacto de leitura previamente estabelecido.

A partir destas considerações iniciais, condutas usuais precisam ser revistas. Por exemplo: a leitura que fazemos sobre os textos no sentido lato é só nossa ou há fatores que interferem nela e a constituem?

Quando falo em leitura, não me abstenho de trazer o peso do “pacto”; ou, como diz, Chartier, os “protocolos” de leitura (CHARTIER, 1996, p. 11). Pacto e protocolo são expressões que falam de acordos prévios, contratos em que há várias partes envolvidas. Assim é o pacto de leitura, ou o jogo: há regras previamente aceitas e às vezes de forma tão automática que os próprios envolvidos – nós, leitores – não nos damos conta da nossa aceitação nem do alcance deste contrato. Chartier nos fala de dois tipos de protocolo – um em nível de construção textual, feito pelo autor, outro em nível de configuração formal do objeto livro, feito pelo editor. Detalhando: o primeiro é quando o autor dissemina, espalha elementos pelo texto de forma a assegurar ou indicar a “correta” interpretação que se deveria dar a ele; entendo que essa atitude pressupõe, por um lado, um autor centrado e, por outro, um “leitor ideal”, cuja competência lhe permitiria decodificar o sentido preciso com que o autor pretendeu escre-

vê-lo e até mesmo a identificar a verdadeira intenção autoral. Ou seja: “Baliza-se o percurso do observador de modo que tome para si a função de um leitor cuidadoso e possa chegar a uma interpretação que seu autor julga a única correta.” (1996, p. 10)

Neste momento outro questionamento se faz urgente: será que é da competência do leitor encontrar o “mesmo” sentido que o autor daquele texto pretendeu? É possível apreender a verdadeira intenção autoral? E mais: ao re-encontrar, em determinado texto, o mesmo sentido que o seu autor teria pretendido, o ato de leitura não estaria reduzido a um eco da voz do autor, considerando que fosse possível identificar a real intencionalidade dessa voz?

Tomemos agora o segundo protocolo de que nos chama a atenção Chartier. Trata-se daquele que se produz na própria matéria tipográfica e é de responsabilidade do editor, de modo a favorecer certa exterioridade da leitura e a caracterizar o seu “leitor ideal” e portanto não precisa assemelhar-se àquele originalmente suposto pelo autor. O que observamos neste segundo contrato, a meu ver, é uma substituição de sujeição: isto é, forja-se uma aparente liberação do poder autoral e em seu lugar coloca-se uma submissão às expectativas do público que vai interferir diretamente na apresentação formal do livro.

Dizemos, portanto, que, além do primeiro protocolo – a paternidade do autor no ato de leitura/interpretação textual –, o segundo, isto é, aqueles de edição ou impressão presentes no suporte material de sentido (a configuração formal do objeto livro), independente dos

equivocos que representam, todos são fundamentais para a determinação de sua efetivação nas práticas de leitura e merecem ser considerados para estudo. Por isso Chartier afirma que “A materialização do suporte passa a ser inalienável do espírito das representações a que seus usos deram margem.” (1996, p. 11). Fazer a história das práticas de leitura significa incluir o estudo dos usos históricos do livro e das formas de impressão, isto é, considerar tanto a “ordem do livro” (materialidade, objeto empírico – edição, impressão etc) quanto à “ordem do discurso” (subjéctiva, interpretativa).

Continuando nossa reflexão, outra questão se faz premente. Como lidar objetivamente com as interferências do leitor e do autor no ato de leitura? E a verdade do texto – se existe, onde está? Enfim, o que é uma leitura correta? Como viver o grande paradoxo da multiplicidade interpretativa quando precisamos ensinar aos alunos a “acertar” as questões de interpretação? Como orientá-los – e a nós mesmos – sem reduzir a força do texto poético nem castrar o percurso interpretativo do aluno?

Vamos por partes. Já vimos que a validação da leitura, a sua garantia de verdade prescrita pelo autor trai a nossa insegurança e a nossa expectativa de achar que o autor nos assegura a verdade do texto. Já paramos para pensar nessa prática a que Chartier chama protocolar, ou seja, a determinação implícita da autoridade do autor a propósito da maneira adequada de ler? O peso que atribuímos à autoria denota uma perspectiva de leitura avessa à desconfiança que propusemos no início desta reflexão. Ora, se a desconfiança leva à multi-

plicidade interpretativa, à construção de outros sentidos, por que insistimos em buscar na autoria o testemunho da verdade prévia à própria leitura? É produtivo achar que o sentido é único, absoluto, que “está lá no texto” e por isso só o autor poderia nos assegurar sua autenticidade? Quais as implicações dessa prática? Barthes nos adverte:

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo, ou, como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’. Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido maior importância à pessoa do autor /.../ a *explicação* da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa: o autor, a revelar sua ‘confidência’.
(BARTHES , 2004, p. 58)

Ao insistirmos na validação da leitura pelo testemunho autoral é porque nós, leitores, estamos referendando ao autor um poder histórica e socialmente atribuído, um valor de culto, um poder quase religioso de criador. Com esta perspectiva, só nos resta ler como reconhecimento e não como produção de sentidos. Assim estaremos lidando com o autor divino/pai provedor e sua contraface leitor-rebanho e contribuiremos para a visão negativa do leitor/filho que se desgarrar. E esta prática “pedagógica” não inclui apenas os possíveis alunos, como também a nós mesmos.

Por outro lado, a questão da leitura não pode ser a pretensa liberdade total porque isso recairia no equívoco do outro extremo. Embora não sejamos partidários do termo decifração, concordamos com Pierre Bourdier (1996, p. 14) quando nos adverte que a complexidade do ato de ler não deve conduzir ao engodo de uma generalização tal que se descole totalmente do ato de “decifração letrada” suposto nela.

Voltemos, agora, o nosso foco para quem lê. Vale a pena lembrar que a figura do leitor cresce a partir do Romantismo, de certa forma se individualiza e ganha realce na chamada Modernidade, conforme registramos na última citação de Barthes.

O leitor, saudado ao longo da literatura por tantos epítetos fraternais e irônicos - “caro” (Cervantes, Machado), “*Hypocrite*” (Baudelaire), “*Insensé*” (Victor Hugo) – , esse alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros (BOURDIER, 1996, p. 232) – deixa de ser um mero receptor passivo e amplia a sua esfera de atuação no próprio ato de ler. A partir do séc. XIX e XX, estratégias de leituras se desdobram: dialogismo e intertextualidade, negação, silêncio, implicitude, pressuposição...ante a polissemia do texto literário, o leitor tanto se compraz em produzir sentidos, quanto se desconcerta ante o desafio de não conseguir produzir sentido algum.

Assim, uma figura mais fluida de leitor vai-se constituindo. Ao encontrar incertezas e na premência de lidar com significantes dispersos em cadeia, a rigidez e a passividade no ato de interpretação se tornam sério impedimento ao processo de ler. Por isso insistimos na

leitura como desconfiança. Sem pretender “dominar” previamente um sentido, o olhar desconfiado nos é muito útil para compreender o lugar que consideramos produtivo para o leitor.

A leitura, mais ainda a leitura de poesia, constitui(-se) um terreno pantanoso, fluido, polissêmico. Para mapear esse terreno, enfim, para lê-lo, é preciso que haja interação das partes envolvidas no jogo discursivo. A leitura como desconfiança está na contramão dos condicionamentos da nossa educação. Somos preparados para confiar no que lemos, e a ver o autor como aquele pai que garante a verdade do filho-texto.

Sobre esta questão autor/pai, Umberto Eco afirma que “Todo autor deveria morrer depois de escrever para não perturbar o caminho do texto.” (ECO, 1985, p. 12) Eco aponta para a questão que vimos desenvolvendo com relação a uma leitura “desamparada” do autor /pai, aberta à produção de sentidos pelo leitor, na dinâmica da interação.

Para desenvolver, ainda que brevemente, a questão filosófica que apresentamos agora – o parricídio –, trouxemos, de Barthes e Derrida, a reflexão sobre a morte do autor e a afirmação de que urge abalar a *epistémè* ocidental em seus paradigmas pai, deus, rei, sol, capital, autor... para que o filho-texto tenha liberdade para “disseminar-se e inseminar-se, longe do olhar paterno e de sua voz” (Derrida, 1971); assim a escritura se liberta, o que ela (nós) só poderá fazer *escrevendo*.

O Autor, quando se crê nele, é sempre concebido como o passado de seu livro/.../considera-se que o Autor *nutre* o livro, quer dizer que existe antes dele, pensa, sofre, vive por ele; está para a sua obra na mesma relação de antecedência que um pai para com um filho. Pelo contrário, o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto; não é, de forma alguma, dotado de um ser que precedesse ou excedesse a sua escritura, não é em nada o sujeito de que o seu livro fosse o predicado. (BARTHES, 2004, p. 60-1)

Seguindo a trilha barthesiana, compreendemos que afastado o Autor, a pretensão de decifrar um texto torna-se inútil, de encontrar o autor “sob” a obra também se faz uma atitude estéril. Encontramos, aí, a escritura múltipla que se oferece não para ser decifrada, mas deslindada, desfiada em todos os seus estágios. Ela está aí para ser percorrida, revisitada, mas não penetrada, pois não há um fundo invisível, oculto, algo “por trás”. A literatura (escritura), portanto, ao se recusar a imprimir ao texto um segredo, algo escondido, um sentido único a ser descoberto, “libera uma atividade a que se poderia chamar contrateológica, propriamente revolucionária...” (BARTHES, 2004, p. 63)

A proposta que trabalhamos aqui sugere (1) uma leitura de literatura e de poesia no sentido amplo – ler é interpretar(-se) –, (2) assume o descentramento da figura do autor como garantia da verdade do texto, (3) questiona a existência dessa verdade, (4) torna inacessível a intenção autoral, conseqüentemente (5) considera inútil a decifração do texto, (6) promove a figura do leitor como presença

ativa e atuante no processo de leitura frente à escritura, e (7) releva a questão do erro enquanto *errância* necessária no percurso interpretativo..

Obviamente a aventura envolve riscos, mas nada mais salutar do que a incerteza de percorrer sem penetrar no terreno movediço em que se constitui a literatura, especialmente a poesia, com seu complexo de imagens e os sentimentos que o animam (CROCE, 1928, p. 193-4).

Com essa gama de possibilidades interpretativas, quais, então, as trajetórias mais adequadas para percorrer os textos poéticos? Como não sucumbir diante dos obstáculos quando eles ocorrem? Como não misturar impossibilidade com passividade?

Jorge Koshiyawa nos lembra que ler um poema é colocar-se à escuta de um outro ser humano, não apenas de uma voz. (BOSI, 1996, p. 81) Conforme entendemos, o outro ser representa o vislumbre da alteridade, aponta para o descentramento do sujeito, o deslocamento de seu eu narcísico para que possibilidades outras sejam consideradas. Vozes de que não se sabe, que não representam origem.

A atitude pode se desdobrar, primeiramente, na “desconfiança” que mencionamos anteriormente. É preciso desconfiar que o sentido pode ser sempre outro...pois isso favorece a produção de hipóteses e efeitos de sentido pelo leitor, torna-o desamparado, consciente da sua errância – e aqui referimo-nos à rica duplicidade da palavra errar. Ao fazê-lo, o leitor se afasta do domínio do autor, ao

mesmo tempo em que também sai do seu centro. A partir daí, a leitura já está se desenvolvendo autonomamente à figura do autor enquanto gerador do sentido verdadeiro.

Neste processo, vale ainda reforçar a opção pela errância, revalorizar a questão do erro no percurso interpretativo. Um dos mais temidos obstáculos na leitura de textos literários é justamente errar. Se o estímulo é pela produção de sentidos vários, se ocorre o afastamento da suposta verdade do autor, o intérprete se sente desamparado e teme errar. Quem agora lhe dará a garantia se ele está sozinho? O caminho é de construção/desconstrução: será preciso dialogar com o texto e suas vozes, em outras palavras, mediar a coerência das suas hipóteses com o próprio texto – na escritura está o apoio.

O próximo foco é o olhar deste leitor, para o qual alguns escritores deram especial atenção. Lemos em Manifestos, Poemas, Contos, várias estratégias de leitura, pinçamos três: “Ver com os olhos livres” (Oswald de Andrade), um estado de “Alumbramento” (Manuel Bandeira) e de “Epifania” (Clarice Lispector). As expressões apontam para “um modo de percepção desautomatizada, pelo qual o olhar singulariza o objeto e o liberta das camadas convencionais e do uso instrumental que dele se fez e faz”. (BOSI, 1996, p. 30) Entendemos esse olhar como o olhar da criança, no momento anterior à conceituação, quando as possibilidades significativas são múltiplas e ainda não sofreram os efeitos arbitrários da convenção – o signo.

A questão é como chegaria ao adulto esse olhar da criança, uma vez que ele já teria passado pelos condicionamentos de signifi-

cação. Enfim, diferentemente do processo natural da criança – na fase antes e durante à aquisição da linguagem – como seria possível ao adulto desconhecer depois de ter conhecido, refazer o percurso após tê-lo percorrido, resgatar o valor do significante e anteceder-se ao processo de significação, já ciente dos conceitos e inúmeros pre-conceitos que constituem o (nosso) olhar?

Seria preciso – e urgente – vivenciar o estranhamento diante do velho, do banal, de *déjà vu*. Estranhar é subitamente desconhecer o óbvio, sentir-se estranho no ninho e, insistimos, suportar o choque ou desamparo inicial, vê-lo sob outros ângulos. Esse esforço traz consigo a possibilidade do novo, do original obtido pela desautoma-tização da percepção, pelo chamado olhar ingênuo – ingenuidade no sentido que lhe atribuiu Schiller em 1795, enfim, ver *como se fosse* a primeira vez.

Esta reangulação, este modo de ler poderá contribuir para, fora dos paradigmas tradicionais, encontrar o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, esse composto chamado escritura. Fazer leituras e leitura de poesia, permitir ao leitor renascer para além das velhas expectativas. Afinal, trazendo aqui um verso de Manoel de Barros, *Poesia é voar fora da asa*.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. O Rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOSI, Alfredo. (Org.) Leitura de poesia. São Paulo: Ática, 1996.

CHARTIER, Roger (Org.). Práticas de Leitura. São Paulo: Liberdade. 1996.

CROCE, Benedetto. Breviário di estética. Aesthetica in nuce. Milano: Adelphi Ed., 1928.

DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ECO, Umberto. Pós_Escrito a O Nome da Rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTIAGO, Silviano (Org.) Glossário de Derrida. Verbetes Parricídio. Rio de Janeiro: Edipuc, 1977.

SCHILLER. Poesia ingênua e sentimental. (Trad. M. Susuki) São Paulo: Iluminuras, 1991.